

CIRCULAR Nº 03

Presidente Figueiredo, Km.107 BR-174

20/01/87

Estimados companheiros,

Com muita tristeza lhes informamos a nossa retirada da área indígena Waimiri/Atroari.

Estávamos em plena atividade escolar quando no dia 04/12/86 o nosso trabalho na aldeia Yamara dos Atroari foi interrompido - por ordem do sr. superintendente da Funai, Sebastião Amâncio da Costa, que nos mandou retirar alegando atender desejo da comunidade indígena.

A ordem coincidiu com a conclusão da casa do crente norte-americano Sir. Josef Harold Hill da "Origin Unevangelizes Field Mission", ou mais conhecida como Missão Evangélica da Amazônia-MEVA.

Em verdade, apesar do nosso cuidado em não ferir susceptibilidades, há muito tempo sentimos que a nossa presença na área Waimiri/Atroari, onde tivemos a melhor das acolhidas dos índios, estava sendo muito incômodo à Funai, à Paranapanama e à Eletronorte.

Estávamos lecionando desde o início de setembro/85 na aldeia Yawara, Sul de Roraima, há 300 Km. Norte de Manaus. No dia 25/11/86 recebemos um estranho rádio da Funai, chamando-nos ao telefone. Ora, o primeiro posto telefônico fica exatamente 185 quilômetros da aldeia. Não era possível que o superintendente da Funai não soubesse isso. Uma vez que a Funai tem rádio na aldeia, com um funcionários praticamente tempo integral a disposição do mesmo, não achamos motivo suficiente para nos deslocar 185 Km., sem saber qual o motivo da convocação.

No dia seguinte tudo ficou esclarecido. O sr. superintendente desejava atrair-nos para fora da aldeia com a finalidade de nos comunicar que "a comunidade indígena não nos queria mais na área". Em verdade, era muito difícil nos comunicar essa mentira na aldeia, onde trabalhamos um ano e meio com a plena aceitação da comunidade, o que todos os funcionários da Funai são testemunhas.

No dia seguinte à noite, dois funcionários do órgão nos comunicaram que numa reunião havida há poucos dias com dois líderes indígenas, estes haviam pedido a nossa saída. Acontece que um desses líderes era o da aldeia em questão, que poucas horas antes estivera conversando conosco sem nos dar ordem tão séria. O outro líder citado foi o da aldeia do Xeri, que no dia em que teria pedido a nossa retirada da área trouxera a sua filha para a escola. Ela estudava conosco e havia passado alguns dias com o pai, na aldeia do Xeri.

Como os recados da Funai nos eram fornecidos ou verbalmente, ou em simples papeluchos, ou ainda em papel oficial, mais com os timbres cuidadosamente retirados, alguns com as datas propositadamente falsas, não nos sentimos obrigados a obedecer os mesmos. Por outra parte, a comunidade indígena, apesar das pressões da Funai contra nós, continuava, como de costume, num ótimo relacionamento conosco.

Mas a partir do dia 2/12/86, as pressões da Funai contra nós e sobre a comunidade se tornaram intoleráveis, e sentimos que não havia mais condições de continuarmos com a tranqüilidade necessária e nosso trabalho. No dia 3/12/86 chegou mais um recado do Superintendente, ordenando a nossa retirada da área. Novamente com o timbre retirado. Exigimos então que o chefe do posto procurasse no lixo, o timbre retirado e que o grampeasse no recado para completar o documento. Soli citamos, então, a presença do superintendente, da programadora de ensino

no, do coordenador da NAWA e dos dois líderes indígenas que a Funai a legava terem solicitado a nossa saída.

No dia seguinte recebemos recado de que a programadora de ensino viria. Efetivamente, ela apareceu no dia 4/12/86. Desde o dia 3 a noite uma condução da Funai aguardava no posto para nos retirar da área.

Tanto o superintendente quanto o coordenador da NAWA recusaram-se, sem dar motivos, a vir. E o líder Mario Parawé do Xerí, grande amigo nosso e que nos desejava também como professores em sua aldeia, desde o primeiro recado da Funai, foi mantido à distância. Sua filha estudava conosco e ele mesmo permaneceu mais de um mês na aldeia Yawara onde participou ativamente de nossas aulas. Parawé gostava muito de nossas crianças. Sempre perguntava por elas, todas as vezes em que nos encontrava. Preocupava-se conosco, trazendo-nos bananas e mamão de sua aldeia. Um dia voltando de uma das frequentes reuniões com o superintendente na Mineração Taboca, durante uma aula dada por Doroti, (Egydio estava viajando) ele disse: "Kamña (civilizado) não gosta de Egydio, ele vai matar Egydio".

O boicote a reunião com as autoridades significava que não havia mais diálogo possível.

Fomos retirados em condição da Funai, no mesmo dia 04 de dezembro/86, no fim da tarde. Quando estávamos saindo da nossa casinha, uma Atroari com um recém-nascido no colo, sentou-se no meio da casadeixando, silenciosamente rolar as lágrimas pelas faces, e na saída do posto 7 (sete) Atroaria saltaram no carro e nos acompanharam numa emocionante solidariedade até Presidente Figueiredo, onde pernovernaram em nossa casa. Tanto os funcionários da Funai do Posto de Terraplanagem, quanto a própria programadora de ensino da Superintendência foram testemunhas da solidariedade e amizade dos índios e da mentira do Superintendente, Sr. Sebastião Amância.

Por volta de 1979, lançando um olhar crítico sobre a situação do conjunto dos povos indígenas do nosso País, nos chamou a atenção o isolamento e bloqueio ao contato com os movimentos indígenas e indigenista nacional que os Waimiri/Atroari sofriam. Mais, sofriam uma autêntica ocupação armada depois da passagem da BR-174. Mesmo com poucas chances de penetração na área, com o apoio da Prelazia de Itacoatira, iniciamos em 1980 um trabalho de conscientização da população envolvente da região à volta dos Waimiri/Atroari, a respeito da História e tradição recentes desse povo. Munimo-nos de um amplo documental bibliográfico que contém hoje em torno de 2.000 peças, o qual está na nossa casa na localidade de Presidente Figueiredo. Desse trabalho inicial, surgiu nas comunidades da região indiscutivelmente uma nova mentalidade, simpatia e apoio, que inclusive, como no caso de diversas comunidades da Prelazia de Itacoatiara, se expressou em manifestações culturais como poesias, cantos, teatro para o enfrentamento dos seus problemas, identificando o povo e sua própria luta com a luta dos Waimiri/Atroari. Apesar de barrados por todo esse bloqueio oficial, não deixamos nesse período de romper o cerco que impedia o acesso às aldeias. Isso só se tornou possível graças ao decidido apoio logístico dos padres da Paróquia de São Luiz do Anauã. Esses contatos nos renderam as primeiras amizades nas comunidades indígenas.

Finalmente, no início de 1985, a Funai nos ofereceu autorização para penetrar nas comunidades Waimiri/Atroari, na qualidade de pesquisadores na área de demografia e etnologia. Entretanto, a nossa intenção sempre foi penetrar no território desse povo para prestar um serviço que realmente fosse sentido pelas comunidades. Essa oportunidade se ofereceu em meados do mesmo ano de 1985, quando a convite de um amigo nosso, funcionário da Funai, integramos um GT (Grupo de Trabalho), daquele Órgão, encarregado de fazer um levantamento amplo da área, visando, pelo menos aparentemente, definir e garantir a demarcação do território Waimiri/Atroari e dar sugestões na área de saúde e educação. Na Aldeia Yawara, a única com prédio escolar, constatamos a insatisfa

ção reinante com relação a um velho pedido da comunidade: ter um professor. Esta solicitação nunca foi correspondida pela Funai. A comunidade estava tão inquieta com esse problema que ameaçava até mesmo queimar o prédio da escola, caso não fosse atendida. Oferecemo-nos para prestar esse serviço. Os Atroari nos aceitaram e acolheram calorosamente e iniciamos as aulas no dia 4 de setembro de 1985.

Para acelerar o início das aulas, dada a impaciência dos índios, aceitamos a proposta da Funai de contrato apenas verbal, de acordo com o qual a Funai se comprometia, em troca de nosso serviço, o ferecer-nos, enquanto na área, casa que já existia, comida, transporte e obviamente o material escolar.

Quando aqui chegamos, alguns dias depois, a "nossa" casa estava ocupada pelo chefe do Posto da Funai, o qual nos ofereceu uma antiga dependência do Posto, que já estava caindo aos pedaços. (Convém notar que nos estávamos aí com família, enquanto o chefe do Posto estava só).

Diante da precária situação da casa, a Funai se comprometeu a fazer a reforma. Como isso tardasse, acabamos oferecendo, com a colaboração de um amigo nosso, os serviços, enquanto a Funai ofereceria o material.

Com relação a comida, a Funai também nunca cumpriu o combinado. No início, fornecia aproximadamente a metade do rancho absolutamente necessário para a nossa família. Nesse ano foi diminuindo cada vez mais, sendo que em setembro, por exemplo, forneceu rancho num valor inferior a Cz\$ 50,00. O transporte só nos era oferecido quando a nossa necessidade coincidia com alguma condição do Órgão que estava saindo daqui no ato dessa necessidade.

A nossa chegada coincidiu praticamente com o início da instalação de um absurdo "Projeto de Bovinocultura" pela Funai e que teve o seu início também na Aldeia Yawara. Este projeto tem prejudicado o andamento da escola, sobretudo a formação de roçados que desde então praticamente parou. 60% do pomar foi destruído em função do Projeto. Como consequência, a saúde da comunidade ficou muito prejudicada, aumentando a dependência dos índios com a Funai, a cada dia mais alarmante, na submissão do trabalho, uma vez que o boi não é de sua cultura e exige todo o esforço da comunidade. O boi, em verdade, está hoje dirigindo a comunidade. O caminho da maloca foi tomado pelo boi. A escola tornou-se abrigo noturno da boiada. O boi ocupou também o campo de esportes, ficou o "circo" do tempo de lazer. Transformou o ciclo das festas, pois a comunidade perdeu a sua liberdade e perdeu a abundância das roças, ficando os visitantes, outrora fartamente servidos de moqueado, caissuma, vinhos de frutas regionais e produtos da roça, a mercê do "Circo Boi". Como o boi é produto de um grãnsinho de cassiterita caído do saque da Reserva Waimiri/Atroari por parte da Mineração Tabora, do Grupo Paranapanema, o projeto boi tem a finalidade eficiente de atalhar qualquer resistência das comunidades contra esse roubo e o avanço que prossegue sobre o território desses índios. E finalmente, serve para acalmar as consciências dos dirigentes da Funai, afundadas até a raiz dos cabelos, na negociata irreverente do território Kiña, a troca de subornos.

Por tudo isso, a escola se tornou aqui o único território "livre", razão por que sofreu, sobretudo da parte da Funai, todo tipo de pressões e tentativas de estrangulamento.

Para acrescentar mais algo ao que foi dito acima, quero referir que a escola se viu quase totalmente abandonada com relação ao fornecimento de material. Pastas, cadernos, réguas e merenda escolar, solicitados em março, chegaram apenas em agosto e só parcialmente.

Mas para completar a medida das pressões contra a escola livre, o Superintendente, alegando "necessidade" de dar um caráter científico ao trabalho escolar, trouxe para "orientação" lingüística da escola, um casal de missionários americanos da Missão Evangélica da

Amazônia, MEVA, a missão que atrapalhou totalmente a cultura Wai Wai e que, sem dúvida alguma, já trouxe grande tropeço aos Waimiri/Atroari inclusive aos próprios funcionários da Funai na área, coisa que consta em queixas praticamente anuais dos relatórios de funcionários, desde 1969. Além do mais, pesam sobre essa missão fundamentalista, graves acusações, nunca desmentidas, de tráfico de minérios e outras desse gênero.

A propósito da nossa saída, queremos alertar para três táticas da política indigenista do Governo da "Ditadura da Mentira" que nos governa hoje:

1) A introdução das missões crentes, quase sempre de origem norte-americana, para amolecer a resistência interna dos povos indígenas.

2) A manipulação das lideranças indígenas, atribuindo-lhes toda a ação que prejudique a vida cultural e o patrimônio de seus povos e, toda a ação que vise afastar das áreas pessoas que incentivem a garantia de suas terras e apoiem a cultura e auto-determinação dos povos indígenas. O objetivo dessa tática é, sobretudo, enganar a opinião pública e as autoridades das igrejas e entidades de apoio indigenistas, as quais se vem opondo aos crimes contra a vida e o patrimônio desses povos.

3) A tática do enfraquecimento do poder da Funai e da sua desmoralização como órgão de execução da política indigenista oficial, expressa na Constituição e no Estatuto do Índio. Para isso, entrega-se a administração das áreas mais importantes a pessoas sem expressão ou totalmente alheias à questão indígena, ou, o que não é menos frequente, a pessoas conhecidamente anti-indígenas. Essa tática visa fortalecer a política indigenista do Governo, que por sua vez, objetiva garantir o avanço do capitalismo sobre os últimos refúgios dos índios. No caso desta última tática, temos na pessoa do Superintendente desta 5a. SUER, um caso bem clássico. Trata-se de uma pessoa nacional e internacionalmente desmoralizada frente a qualquer indigenismo sério. Motivos: no dia 21-11-74, em uma reunião secreta entre o 2º Grupamento de Engenharia de Construção - GEC e a Funai, realizada no Km 220 da BR 174, houve um acordo entre a Funai e o 2º GEC que previa entre outras represálias contra os Waimiri/Atroari, o uso de bombas, metralhadoras, granadas e dinamites. Com o massacre de Gilberto Pinto em circunstâncias até hoje pouco esclarecidas, Sebastião Amâncio foi escolhido para aplicar as decisões que cabiam a Funai da mais recente política indigenista decidida na supra-citada reunião. Em entrevista ao Jornal "O Globo" de 06-01-75, Amâncio assumiu diante da opinião pública o conteúdo das decisões daquele documento. A reação forte da opinião pública revoltada contra as declarações de Amâncio, fez a Funai afastá-lo da região e levá-lo discretamente para o ostracismo no Pará. Amâncio nunca revelou que apenas estava cumprindo ordens. Preferiu assumir a atitude de vítima da "maldade jornalística". Exatamente dois anos depois, Amâncio reaparece na região como escudeiro de um conhecido agente do SNI, então delegado da Funai em Roraima, Sr. José Carlos Alves, onde em janeiro de 1977, ambos dispersam a mais importante assembleia de Tuchauas, até então realizada no País, a assembleia de surumu. Alguns meses após, o "Jornal de Brasília" o acusava de estar criando um campo de concentração para índios no Km 211 da Perimetral Norte, no trecho Caracará-Demeni. No início de 1985, no famoso caso da tentativa de invasão de Surucucus por garimpeiros, Sebastião Amâncio, então Delegado da Funai em Roraima, é tratado como o "Funcionário Sensato da Funai", pelo promotor daquela invasão, Altino Machado.

A nossa presença na Aldeia Yawara e as aulas, nos deram oportunidade de conhecer de perto a História recente dos Kiña, ou Waimiri/Atroari, fora de dúvidas, a maior tragédia vivida por um povo americano nos últimos 18 anos.

Em 1968, o Governo começou a romper o território Waimiri/Atroari com a BR-174. Os índios começaram a resistir tendo na época a sua frente, naquela região, os líderes Maika e o legendário Maroaga. Nesta resistência os Waimiri/Atroari conseguiram matar 24 inva-

sores, cujos nomes são conhecidos e inclusive gravados em placas de bronze dentro do território daqueles índios, hoje controlado por quatro forças de ocupação. Entretanto, nenhum nome ou sequer morte, foi registrada do lado dos índios. Tudo foi contado como se só os invasores tivessem sido "barbaramente" agredidos. Os massacres sofridos pelos índios, que os reduziu, em menos de três anos, ou seja entre 1972 e 1975 de 3.000 para menos de 1.000 pessoas; o desaparecimento súbito de dezenas de aldeias; as suas arriscadas tentativas de pacificação dos civilizados agressores. Nada disso foi registrado. A ocupação efetiva do seu habitat, não só mediante várias dezenas de aldeias, mas também através de toda uma teia de varadouras, tecendo o fundo da mata e interligando, aldeias, rios, igarapês e campos de caça, foi desprezado. Seu território, ocupado e retalhado na prática e na burocracia dos mapas e entregue ao saque as águas. Os seus grandes chefes foram literalmente transformados em monstros e ridicularizados, frente ao seu próprio povo.

Para se ter uma visão da História recente desses índios, basta referir alguns dados dos nossos alunos da Aldeia Yawara. Trata-se hoje da menor aldeia Atroari com apenas 31 pessoas. A pessoa mais idosa tem entre 35 e 40 anos. Todas as pessoas de mais de 4 anos, menos duas, não têm mais pai, nem mãe. As duas excessões são irmãs e tem só mãe viva. Os pais das pessoas de 4 a 10 anos foram mortos na guerra de resistência. Outros morreram de sarampo, criminosamente abandonados pela Funai. Só na aldeia Yawara morreram em maio-junho de 81, em apenas um mês, 23 pessoas de sarampo, à beira da BR-174.

Em meados de 1974, em uma aldeia denominada por eles de Kram na Mudô, localizada próximo ao Baixo Alalaú, morreram num bombardeio uma aldeia inteira, em meio a preparação de uma festa, havendo apenas um sobrevivente. Naquela aldeia e naquele dia, morreram pelos menos 46 parentes dos 31 Atroari da aldeia Yawara, cuja relação nominal temos em mão.

Os Waimiri/Atroari são um povo seriamente traumatizados pela violência sofrida. A escola estava fazendo surgir essa História oculta pelo Governo, por um pacto de silêncio dos funcionários da Funai e os Atroari pelo isolamento e controle impostos.

Onde hoje se localiza a Empresa de Mineração Taboca, do grupo Paranapanema, nas famosas Minas do Pitinga, o Pe. Calleri aerofotografou no dia 7 de outubro de 1968, nove(9) aldeias Atroari, das quais hoje não resta mais nenhuma.

A nossa presença na área Waimiri/Atroari, através da metodologia aplicada na escola e na convivência diária, estava levantando essa memória perigosa, além de levar para aquele povo esperança e uma luz a respeito de todos esses acontecimentos terríveis. A medida em que os Kiña rapidamente se alfabetizaram e ao mesmo tempo relembravam sua história, percebiam que o nosso mundo, dos Kamña (civilizados) não era unânime na exigência de que eles deveriam se "render". Percebiam que a vontade que eles tinham em conservar, permutar e lutar por seus direitos ainda era possível e a alfabetização era mais uma arma. Percebiam em síntese que havia algo novo onde se poderiam construir relações com o mundo externo sem que eles fossem sempre perdedores e que o resultado desta relação os enriqueceria. Neste momento em que a arma principal do inimigo e a "sedução" para o mundo do progresso, de cujas migalhas participam em troca da sua auto-determinação, a escola se tornava um espaço importante de avaliação do momento histórico em que vivem.

Foi neste momento que fomos afastados. Para nós um motivo de grande tristeza e abatimento. Chegamos ao ponto de desejarmos uma parada, de nos dar um tempo, uma trégua para avaliar e reelaborar estes e tantos outros anos de luta por esta causa "perdida".

Passado o primeiro impacto e avaliando a situação indígena, especialmente na Amazonia, chegamos a conclusão de que a luta indígena atravessa uma fase das mais críticas de sua história. O "ci-

clo do minério", os "grandes" projetos oficiais, o programa "Calha - Norte" estão aí a todo vapor renovados com o rótulo e fôlego da "Nova República", mais precisamente da "Ditadura da Mentira".

Não somos salvadores dos povos indígenas. Muito pelo contrário, frente ao que expusemos acima, estamos na contingência da extrema fraqueza diante destes programas impostos à Nação Brasileira. No entanto, queremos continuar. É com esta fraqueza e com Fé no Deus da Justiça, que vamos em frente. Achamos que podemos contribuir nesta luta que exige uma mudança radical nas estruturas sociais. Nós sabemos que esta luta não é só nossa. É de você companheiro(a) de caminhada. É de tantos outros que não conhecem, mas que acreditam na vida.

A luta continua,

Egydio e Doroti Schwade

No dia 21 de janeiro último, os advogados do Cimi, Júlio Galger e Jorge Ney Corrêa Rodrigues, em reunião com o Ministro do Interior Ronaldo Costa Couto e o presidente da Funai Romero Jucá Filho, ficou prometido pelo presidente da Funai a dar uma resposta ao Cimi até o final deste mês, sobre os casos de expulsão dos missionários Egydio e Doroti Schwade, que trabalham junto aos Índios Waimiri/Atroari e Sílvio Cavucens e Marlete Oliveira que atuam na área do Javari.

Brasília, 22 de janeiro de 1987

CAMPANHA WAIMIRI/ATROARI

CIRCULAR Nº4 - Brasília, 12 de fevereiro de 1987

1. Na reunião de 26 de janeiro, realizada no Ministério do Interior entre Igreja e Governo, participaram pela Igreja:

- Dom Luciano Mendes de Almeida
- Dom José Martins
- Dom Erwin Krautler (Presidente do Cimi)
- Antrônio Brand (Secretário Executivo do Cimi)
- Paulo Machado Guimarães (Advogado do Cimi)
- Júlio Gaiger (Advogado do Cimi)

Pelo Governo:

- Gen. Bda. Rubens Bayma Denys (Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional)
- Ronaldo Costa Couto (Ministro do Interior)
- Dante de Oliveira (Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário)
- Cel. Aviar Aloísio Weber, (Conselho de Segurança Nacional)
- Desdedith Araújo (Chefe do Gabinete do Ministério do Interior)
- Guilherme Müller (Secretário-Geral do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário)
- André Villas Boas (Chefe da Coordenadoria de Terras Indígenas do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário)
- Romero Jucá Filho (Presidente da FUNAI)

Ficou estabelecido que, no prazo de dois dias, o Presidente da FUNAI daria uma resposta a respeito da expulsão dos missionários Egydio e Doroti Schwade, Sílvio Cavucens e Marlete Oliveira.

2. Esta resposta somente foi fornecida no início do mês de fevereiro, após reiteradas insistências do Secretário Executivo do Cimi;

3. Nestes contatos, o Presidente da Funai posicionou-se no sentido de manter a proibição imposta aos quatro missionários, feita pelo Superintendente Executivo Regional do Órgão no Amazonas Sebastião Amâncio, O superintendente ale que os processos remetidos a ele continham informações comprometedoras;

4. Em consequência, o Cimi requereu à Presidência da Funai cópia dos referidos processos. Ao recebê-las, verificou tratar-se de meras informações de funcionários do Órgão Federal de assistência ao Índio, onde são formuladas várias acusações contra os quatro missionários. Ressalta-se que tais informações foram produzidas após as expulsões;

5. No caso de Egydio e Doroti, a Funai alega, em primeiro lugar, que lideranças Waimiri e Atroari não querem mais a presença de ambos na área, isto sem qualquer comprovação. Quanto a Sílvio e

estes são acusados de não possuírem autorização da Funai para entrar em áreas indígenas. Estas duas acusações são acrescidas de inúmeras outras igualmente infundadas.

6. Embora o Cimi, os missionários e as Coordenações das Campanhas em defesa dos Waimiri/Atroari e pela criação do Parque Indígena do Vale Javari percebam na conduta dos dirigentes da Funai uma postura claramente orientada contra os trabalhos da Igreja Católica comprometida com os legítimos direitos e interesses dos povos indígenas, no momento, os mesmos acham importante ressaltar a MANEIRA ARBITRÁRIA E ABUSIVA COM QUE OS MISSIONÁRIOS FORAM RETIRADOS DAS RESPECTIVAS ÁREAS.

7. A Constituição Brasileira, dispõe em seu art. 153, § 15, que:

"A lei assegurará aos acusados ampla defesa, com os recursos a ela inerentes";

8. Sem entrar no mérito das acusações feitas contra os missionários, apesar de serem todas absolutamente improcedente, o fato preliminar nas expulsões, consiste em que existindo acusações contra os missionários, a autoridade indigenista, no exercício de seu poder de polícia deve, em primeiro lugar, instaurar um Inquérito Administrativo, no qual sejam apurados os fatos verdadeiros, garantindo-se em seguida, amplo direito de defesa ao acusado. Esse procedimento não ocorreu, o que caracteriza o ato como de caráter arbitrário e ilegal.

9. Por estas razões, que são o resultado da análise jurídica empreendida sobre o caso pelo advogado Paulo Machado Guimarães, Assessor Jurídico do Cimi, é que solicitamos a todos os colaboradores e simpatizantes da Campanha Waimiri/Atroari, que telegrafem aos:

Presidente da República, José Sarney, Palácio do Planalto, Brasília-DF
Presidente da Funai, Romero Jucá Filho,
Ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, Esplanada dos Ministérios
Brasília - DF

Protestando contra as expulsões dos quatro missionários feitas em flagrante desrespeito a Constituição Federal, e solicitando o imediato retorno dos mesmos às suas atividades pastorais indigenistas. Pedimos nos enviar cópia dos telegramas.

Equipe da Campanha
WAIMIRI/ATROARI